

PANORAMA ECONÔMICO



MÍRIAM LEITÃO

Governo 94-98

• Um balanço dos últimos quatro anos mostra o oposto do que se tem como verdade: o Governo Fernando Henrique fez reformas importantes e com o apoio do Congresso. As que não foram aprovadas foram mal preparadas e mal articuladas. Neste mandato se fez mais do que nunca para desmontar o velho aparelho do Estado, mas o Governo teve núcleos de espantosa inépcia, como o Gabinete Civil. O que deve sair hoje consagrado nas urnas é a moeda.

Há quatro anos, o monopólio estatal do petróleo e das telecomunicações, e o tratamento discriminatório contra empresas estrangeiras estavam consagrados na Constituição. Hoje as telecomunicações estão privatizadas, o órgão regulador vai fomentar a concorrência entre elas. Está desembarcando no país a primeira importação de petróleo não feita pela Petrobras e uma multidão de empresas estrangeiras do setor está chegando. Fala-se em cifras espantosas de investimento das grandes empresas de petróleo que chegam até a US\$ 100 bilhões.

O Brasil recebia US\$ 100 milhões de investimento direto por mês há quatro anos, hoje recebe US\$ 1,5 bilhão por mês mesmo em tempos de crise como agora.

Ferrovias, portos, empresas elétricas, e bancos estatais foram privatizados, consolidou-se a abertura, as empresas tiveram que enfrentar desafios impressionantes: melhorar a produtividade para não perder espaço num mercado de consumo que, em vários produtos, dobrou ou até triplicou de tamanho. Três dos dez maiores bancos do país deixaram de existir, num controverso, mas hoje considerado providencial, ajuste bancário.

Mesmo assim chega-se às eleições com aflições e medos terminais. Pouco se discutiu, nos últimos meses, sobre a diferença entre as duas propostas de governo que tinham chances de vitória. O tempo foi dominado pela angústia de um país que via suas reservas sangrando diariamente e temia o colapso.

Nestes quatro anos, o país viveu emoções polares. As vendas dos supermercados dobraram, de R\$ 25 bilhões para R\$ 50 bilhões. Mas o medo do desemprego se alastrou e os índices dos sem trabalho chegaram aos níveis mais altos desde a recessão do período Delfim Netto.

No quarto ano do Governo, o país vai conquistar a imaginável inflação zero, mas exibe um aleijão: taxas de juros básicas de 40% ao ano.

A mudança do capítulo da ordem econômica da Constituição permitiu uma revolução no país. O Congresso aprovou as mudanças em votações velozes comandadas pelo inesquecível Luis Eduardo Magalhães.

Mas um tortuoso e sofrido processo de votação ainda não conseguiu concluir as reformas administrativa e previdenciária. Culpa do Congresso? Seria simplista dizer isto. As propostas foram dêbeis e o relacionamento com o Congresso sempre sofreu com a inapetência do Gabinete Civil para as questões políticas. O país ainda vive com uma estrutura tributária construída na época da superinflação porque o governo apresentou três propostas, prepara uma quarta e ainda não sabe o que quer.

Há quatro anos anunciou-se que o Governo teria uma gestão leve, moderna e eficaz. Foi pesada, velha e ineficiente.

A idéia das comissões interministeriais e dos conselhos, todos comandados pelo chefe da Casa Civil, que dariam rapidez aos assuntos administrati-

vos, não funcionou.

O ministro Clóvis Carvalho virou uma espécie de primeiro-ministro sem norte. Exemplo disto foi o que aconteceu com as propostas dos órgãos reguladores. Eram fundamentais para montar o novo Estado: que não é mais o dono das empresas, mas zela pela concorrência e defende os interesses dos consumidores. Todos os projetos que saíram do Palácio eram a cara das velhas burocracias do estado-proprietário. O Congresso melhorou os projetos. Não por acaso, a agência mais bem elaborada foi a das telecomunicações, feita integralmente pelo ministro Sérgio Motta.

Patéticas eram as reuniões da Câmara de Política Econômica, no Palácio, nas noites de terça-feira. Nos momentos de crise, funcionavam porque eram reuniões da equipe econômica com o presidente da república. Nos dias ordinários, cada um falava o que lhe vinha à cabeça e o bate-papo terminava sem qualquer costura. Reuniões sem chefia, que não davam em nada, de onde não saíam ações preventivas para consolidar a estabilização.

Na área social, o país não teve projeto, exceto os inegáveis ganhos da inflação baixa. O Ministério da Saúde teve três titulares e só no final parece encontrar uma idéia. O assunto reforma agrária foi entregue inicialmente a um banqueiro — hoje sem-banco — que evidentemente não tinha qualquer pendor para o tema. Escolhido um ministro com sensibilidade para o problema, o campo já vivia um ambiente de radicalização. A Educação, felizmente, fez visíveis avanços.

A falta de comando na área econômica produziu um estrago: correções de rumo que deveriam ter sido feitas a tempo, foram sendo adiadas e hoje cobram do país um preço excessivamente alto.

Este Governo mudou o país. Hoje a vida de uma empresa, a cabeça do consumidor, a lógica da economia é totalmente diferente do que era na época da inflação e indexação.

Ninguém lhe tira este mérito, exceto ele mesmo se não lutar com muito mais vigor e decisão num segundo mandato para garantir o que foi conquistado. E conquistar, significa mudar o país ainda mais.

Durante todos estes anos, quando o Ibope perguntava se o Plano Real havia dado certo, quase metade dos consultados dizia que "ainda era cedo para dizer". Sábio povo brasileiro, o que vai hoje às urnas. O mesmo que no Cruzado acreditou em milagres, mas que nos muitos revezes seguintes aprendeu a paciência de construir um projeto.

Se o Governo for confirmado hoje, como as pesquisas indicam, é a moeda que estará sendo consagrada. E ela está correndo riscos. É apenas parte da verdade dizer que a turbulência é fruto da crise internacional. O Governo cometeu erros, teve indecisões e às vezes perdeu o rumo nos últimos quatro anos. Achou que era fácil, encantou-se com alguns sucessos, adiou decisões. Nesta segunda chance terá que fazer melhor. Sob pena de perder o projeto que vendeu ao país.